

P M S B  
FLS N° 3195

**Recurso FTS**

1 mensagem

**FTS CONSTRUCOES** <ftsconstrucoes@outlook.com>  
Para: "cplsaobenedito@gmail.com" <cplsaobenedito@gmail.com>


14 de dezembro de 2022 17:05

Boa tarde! Venho através desse e-mail enviara o recurso referente a o certame de Concorrência pública de nº 2022.09.14.01.

Agradeço desde ja!



CNPJ 23.492.879/0001-31  
FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME  
Escritório: Av. Gomes Brasil, 245 - A - Parangaba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60720-150  
Fone: (85)986509086 - E-mail: ftsconstrucoes@outlook.com

 **recurso\_Sao\_benedito\_assinado.pdf**  
423K



CNPJ: 23.492.879/0001-31  
FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA -ME  
Escritório: Av. Gomes Brasil, 245 - A - Parangaba - Fortaleza - Ceará - CEP:60720-150  
Fone: (85)988509086 - E-mail: ftsconstrucoes@outlook.com

P M S B  
FLS N° 3196

## RECURSO ADMINISTRATIVO

À

Prefeitura Municipal de São Benedito - CE

Comissão Permanente de Licitação

Ref: TOMADA DE PREÇO Nº 2022.10.04.01

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE ESCOLAR COM 08 SALAS DE AULA, NO DISTRITO DO INHUÇU, MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE.

Ilustríssimo Sr. Ronaldo Lobo Damasceno  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação da  
Prefeitura Municipal de São Benedito - CE.

**FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.492.879/0001-31, sediada na Av. Gomes Brasil 245, Parangaba, Fortaleza-CE, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93 à presença de Vossa Senhoria a fim de interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou **INABILITADA** a referida empresa, apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

**Como V. Sas. bem o sabem as licitações são regidas pela lei nº 8.666, de 21/6/93**, que regulamenta o art. 37, XXI da constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

Baseado no **art. 109**.dos atos da administração decorrentes da aplicação desta lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de ministro de estado, ou secretário estadual ou municipal, conforme o caso, na hipótese do § 3º do art. 87 desta lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º a intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas a, b, c e e, deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas a e b, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



CNPJ: 23.492.879/0001-31  
FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA -ME  
escritório: Av. Gomes Brasil, 245 - A - Parangaba - Fortaleza - Ceará - CEP:60720-150  
fone: (85)988509086 - E-mail: ftsconstrucoes@outlook.com

P M S B  
FLS 11 N° 3197

§ 2º o recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de carta-convite os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no § 3º deste artigo serão de dois dias úteis. "

**Oportuno lembrar aos senhores membros da comissão de licitação que, a lei de licitações assim define os agentes administrativos:**

**art. 82.** Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

**art. 83.** Os crimes definidos nesta lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

**art. 84.** Considera-se servidor público, para os fins desta lei, aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

§ 1º equipara-se a servidor público, para os fins desta lei, quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do poder público.

§ 2º a pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos nesta lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.

### I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, recorrente e outras licitantes, dele vieram participar, sucede que, após a análise da documentação apresentada pela licitante **FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA-ME**, a Comissão de Licitação culminou por julgar **INABILITADA** a referida empresa ao arrepio das normas editalícias.

### II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com a publicação em da ata do dia 07 de Dezembro de 2022 onde consta o julgamento dos Documentos de **HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO** da publicação do diário oficial do estado, referida empresa está em **DESACORDO** pelo descumprimento do item 3.4.1.2 do edital do certame, sendo que a empresa apresentou em seus documentos de habilitação a devida declaração (**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DA OBRA**), assinada pelo engenheiro responsável pelo serviço assim como pede no devido edital do certame.



CNPJ: 23.492.879/0001-31  
FTS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - ME  
Escritório: Av. Gomes Brasil, 245 - A - Parangaba - Fortaleza - Ceará - CEP: 60720-150  
Fone: (85)986509086 - E-mail: ftsconstrucoes@outlook.com

P M S  
FLS N° 8198

### III - DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja **ANULADA A DECISÃO EM APREÇO**, na parte atacada neste, **DECLARANDO** esta empresa **HABILITADA** para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109 da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Fortaleza - CE, 13 de Dezembro de 2022.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
SAVIO GURGEL NOGUEIRA E SILVA  
Data: 14/12/2022 17:01:10-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Sávio Gurgel Nogueira e Silva  
Sócio Administrador  
CPF: 017.188.673-95  
RG: 2003009205255

CONSTRUÇÕES